

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA  
COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO  
PÚBLICA MUNICIPAL - DGTP/SMTC  
DECISÃO ADMINISTRATIVA**

**Decisão nº 35 / 2020 CMRI**

Porto Alegre, 26 de janeiro de 2021

**Recursos nº** 002962-20-67, 002963-20-15, 002965-20-20 e 002966-20-88

**Recorrente:** B. S. M.

**Órgão Requerido:** Secretaria Municipal da Fazenda - SMF

**Relator:** Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre – PROCempa

## **1. Relatório**

O Recorrente solicitou uma série de informações relativas às renúncias fiscais do Município de Porto Alegre. Busca saber, em especial, o número de contribuintes beneficiados e os valores estimados de renúncia em cada um dos últimos 5 anos no que se refere aos benefícios trazidos no Código Tributário Municipal e destinados a: i) cooperativas; ii) proprietário de economia predial, residencial ou mista, cujo valor venal não exceda ao limite definido no artigo 70, inciso XXVI, do Código Tributário Municipal; iii) entidades culturais, recreativas e culturais; iv) sindicatos.

Inicialmente, a Secretaria Municipal da Fazenda não atendeu o pedido. Apresentou justificativa no sentido de que “[...] Atualmente as demandas da Secretaria Municipal da Fazenda que estão sendo atendidas pela Procempa estão relacionadas ao IPTU 2021, motivo pelo qual não podemos prever quando teremos condições de disponibilizar as informações relacionadas a presente demanda.”

Posteriormente, ao interpor o recurso, o Requerente argumentou, em suma, que: i) as informações seriam necessárias para o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, de modo que já estariam disponíveis; ii) além disso, as informações seriam necessárias para o cumprimento das leis orçamentárias, o que reforçaria o entendimento de que já estariam disponíveis. Pediu o atendimento das solicitações elencadas acima.

Ao se manifestar sobre o recurso interposto, a **Secretaria Municipal da Fazenda reavaliou os pedidos apresentados e concluiu ser possível o atendimento (doc. 12662248)**. Em 11 de janeiro de 2021, apresentou a planilha trazida no doc. 12796438. Afirmou, porém, que “[...] nestes casos solicitados, não há cálculo de IPTU pelo sistema. Disponibilizamos os atributos cadastrais de modo que o IPTU pode ser calculado manualmente, conforme as disposições legais”.

### **1.1 Resumo do pedido original**

Após o não atendimento do solicitado, o requerente reiterou em grau de reexame, seu

pedido inicial, para que a Secretaria Municipal da Fazenda encaminhe as informações solicitadas nos protocolos 002962-20-67, 002963-20-15, 002965-20-20 e 002966-20-88.

## **1.2 Razões do órgão/entidade requerida**

Inicialmente, a Secretaria Municipal da Fazenda informou que, para atendimento ao solicitado, seriam necessários trabalhos adicionais de extração, análise e consolidação de dados, pois não existe no Sistema Tributário (SIAT) um relatório automatizado que possibilite a geração destas informações e, considerando o quadro reduzido de servidores e demandas superiores a capacidade de atendimento, não seria possível atender ao solicitado naquele momento.

## **1.3 Razões do recorrente**

O recorrente apresentou suas razões para discordar da resposta fornecida pela Secretaria Municipal da Fazenda, elencando os aspectos legais que deveriam ser informados pelo órgão, para que seja aceita a justificativa de "trabalhos adicionais" para atendimento ao solicitado, dessa forma, ingressou com recurso à CMRI.

## **2. Análise de admissibilidade do recurso**

O recurso foi interposto dentro do prazo legal de 10 dias da ciência da decisão, de modo que é tempestivo. Além disso, o Requerente é parte legítima para recorrer e solicitar reexame da matéria.

## **3. Análise do mérito**

Analisando as solicitações realizadas pelo Recorrente, percebe-se que todas estão amparadas pela Lei de Acesso à Informação. Os pedidos envolvem informações de interesse público e são amparados pelo artigo 7º, inciso VI, da Lei de Acesso à Informação.

De qualquer forma, a própria Secretaria Municipal da Fazenda já manifestou sua concordância em apresentar as informações solicitadas. Esta reavaliou os pedidos apresentados e concluiu ser possível o atendimento (doc. 12662248).

Não procede a argumentação trazida pela Recorrida no sentido de que “[...] nestes casos solicitados, não há cálculo de IPTU pelo sistema. Disponibilizamos os atributos cadastrais de modo que o IPTU pode ser calculado manualmente, conforme as disposições legais”. É que a especificação da informação é de interesse público, inclusive para a própria Secretaria Municipal da Fazenda. Além disso, não se envolve providência complexa. Cuida-se de atividade que pode ser facilmente realizada pelos integrantes da Recorrida.

## **4. Decisão**

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações CMRI, por unanimidade dos presentes, decide dar provimento ao recurso e, ainda, recomenda que seja complementada a planilha trazida no doc. 12796438, a fim de que seja especificado o valor do benefício fiscal relativo ao IPTU para cada imóvel.

## **5. Providências**

À Secretaria-Executiva da CMRI para cientificação do recorrente da presente Decisão, bem como, concessão do acesso externo ao presente expediente, ao endereço de correio eletrônico informado pelo requerente, garantindo o acesso às informações solicitadas.

De acordo:

Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - **PROCEMPA**

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão – **SMPG**  
Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão – **SMPG**  
Coordenação de Gestão Documental

Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria – **SMTC**

Secretaria Municipal de Relações Institucionais - **SMRI**

Procuradoria Geral do Município – **PGM**

Gabinete do Prefeito – **GP**

**Recursos nº 002962-20-67, 002963-20-15, 002965-20-20 e 002966-20-88**



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cássia Reda Eloy, Técnico Responsável**, em 26/01/2021, às 14:25, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Aline Silva Maciel, Servidor Público**, em 26/01/2021, às 14:25, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Andrade da Silveira, Servidor Público**, em 26/01/2021, às 14:25, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Lacerda Couto, Técnico Responsável**, em 26/01/2021, às 14:25, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Karina Cardoso Lopes, Assistente Administrativo**, em 26/01/2021, às 14:25, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Helena Baptista Franken, Técnico Responsável**, em 26/01/2021, às 14:25, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Maristela Antunes Furre, Servidor Público**, em 26/01/2021, às 14:26, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **12941488** e o código CRC **FF738E5B**.